

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

ATA DA 1271ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS.

Local: Plenário da Unidade Leste do Ministério Público do Estado do Piauí.

Presentes os eminentes Conselheiros Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. Alípio de Santana Ribeiro, Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Dr. Luís Francisco Ribeiro e Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. O Presidente justificou que a Dr.ª Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, em exercício na direção do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/CEAF, chegaria à sessão com atraso, em face da participação na abertura da palestra “O Acordo de Não Persecução Penal”, proferida pelo Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Dirceu Barros.

1) O Presidente saúda os presentes e, havendo quórum, declara instalada a 1271ª sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, marcada para hoje, dia 13 de abril de 2018, às 09:00 horas.

2) O Presidente inicia a sessão pelo item 1 da pauta, submetendo a apreciação a ata da 1270ª sessão ordinária, realizada no dia 06 de abril de 2018. Questiona se todos os Conselheiros receberam cópias do extrato e se há alguma retificação a ser feita. O Dr. Alípio de Santana Ribeiro solicita a retificação dos itens 6.1.8 e 2.5.5. O Presidente também submete à aprovação a retificação na ata da 1269ª sessão ordinária, conforme proposta da Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. **Com retificações apresentadas e sem outras retificações por parte dos Conselheiros, o Presidente declara aprovada a ata da 1270ª sessão ordinária, realizada em 16 de março de 2018, bem como a retificação da 1269ª sessão ordinária, realizada no dia 23 de março de 2018.**

Presidente propõe questão de ordem para deliberação do Colegiado: Constam do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí nº 138, p.02-03, publicado em 27 de março de 2018, os Editais CSMP-PI nº 04/2018, 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018 e 09/2018, por meio de que os interessados foram convocados a participar de concursos de promoção e remoção referentes a Promotorias de Justiça de entrância final nelas especificadas. De modo análogo, foram expedidos os Editais CSMP-PI nº 10/2018, 11/2018, 12/2018, 13/2018 e 14/2018, constantes do Diário Eletrônico do MPPI nº 139, p.02-03, publicado em 28 de março de 2018, destinados às Promotorias de Justiça de entrância intermediária. Por fim, do Diário Eletrônico do MPPI nº 139, p.02, publicado em 29 de março de 2018, constam os Editais CSMP-PI nº 15/2018, 16/2018 e 17/2018,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

destinados às Promotorias de Justiça de entrância inicial. Ocorre que, durante a tramitação dos mencionados procedimentos de promoção e remoção, sobrevieram normas modificativas das atribuições dos cargos vagos ofertados nos supracitados editais. A propósito, em 12 de abril de 2018, foi publicada no Diário Eletrônico do MPPI, resolução aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça que dispõe sobre a agregação e desativação provisória de Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí. Ademais, na sessão realizada em 10 de abril de 2018, o Colégio de Procuradores de Justiça aprovou ato normativo dispondo sobre um novo modelo de distribuição das atribuições dos órgãos de execução do Ministério Público que oficiam no primeiro grau de jurisdição. Analisando fato semelhante, consistente na alteração das atribuições de um determinado órgão de execução durante a tramitação de procedimento destinado ao provimento do cargo de titular desse órgão específico, o Conselho Nacional do Ministério Público pronunciou-se acerca da invalidade do referido concurso de promoção (PCA nº 597/2013-15, Rel. Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia, julgado em 07/10/2013). Nessa toada, a superveniente redefinição das atribuições dos órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Piauí realizada pelo Colégio de Procuradores de Justiça enseja a republicação dos Editais CSMP-PI nº 04/2018, 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018, 09/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 13/2018, 14/2018, 15/2018, 16/2018 e 17/2018, sob pena de nulidade. Em tempo, insta registrar que, refletindo o teor da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, o Regimento Interno deste Conselho Superior, ao tratar das competências administrativas do órgão, assim dispõe: “Art. 15. Ao Conselho Superior compete: I – autorizar a publicação de edital para preenchimento do cargo correspondente à vaga decorrente de remoção ou promoção;”. Ora, sendo incumbência do Conselho Superior autorizar a publicação de edital para provimento de cargo vago na carreira de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, por força da autotutela, infere-se que o Conselho Superior também tem o poder de determinar o refazimento do ato convocatório. Ante o exposto, proponho ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí que, com fundamento na autotutela, determine a republicação dos Editais CSMP-PI nº 04/2018, 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018, 09/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 13/2018, 14/2018, 15/2018, 16/2018 e 17/2018, para que os concursos de promoção e remoção por eles deflagrados se perfaçam sob o novo regime jurídico de distribuição de atribuições dos órgãos de execução desta Instituição. Proponho, ainda, que a documentação já apresentada por interessados permaneçam na Secretaria do Conselho Superior à disposição deles para a retirada ou a reutilização nos novos concursos de promoção e remoção decorrentes das republicações dos editais supracitados”. Ao final, o Presidente ressalta que não haverá qualquer prejuízo com relação a critérios para provimento. Colocado em votação, os Conselheiros acompanham integralmente a proposta apresentada pelo Procurador-Geral quanto a republicação dos editais citados na questão de ordem. Dr.^a Clotildes Costa Carvalho questiona sobre a necessidade de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

instauração e distribuição de procedimento administrativo. Presidente responde ser desnecessário, pois a autorização é concedida pelo Conselho Superior sem a instauração de procedimento. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, anulou os editais de número 04/2018, 05/2018, 06/2018, 07/2018, 08/2018, 09/2018, 10/2018, 11/2018, 12/2018, 13/2018, 14/2018, 15/2018, 16/2018, 17/2018 e determinou a republicação.**

4. JULGAMENTO DE PROCESSOS

4.1 Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.

4.1.1 Processo administrativo nº 25927/2017 (GEDOC nº 000057-226/2017). Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: minuta de proposta de resolução relativamente a definição de critérios objetivos de movimentação na carreira ministerial. Interessado: Comissão responsável de Elaborar a proposta de alteração da Resolução nº 01/2016 do CSMP/PI. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Presidente esclarece que a cópia do aditamento da proposta de minuta de resolução enviado pelo Relator não foi repassado aos Conselheiros, por um equívoco da Secretaria. Assim, propõe seja designada outra sessão para julgamento do processo. Propõe que a sessão seja antecipada para quarta-feira, dia 18 de abril de 2018, tendo em vista que no dia 20, participará de reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a antecipação da sessão para o dia 18 de abril de 2018, às 9h, com pauta exclusiva para votação do Procedimento Administrativo nº 25927/2017 (GEDOC nº 000057-226/2017).**

Registrado que às 9h41, a presidência foi transferida ao Dr. Aristides Silva Pinheiro para que o Dr. Cleandro Alves de Moura pudesse participar da abertura da “O Acordo de Não Persecução Penal”.

5) EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DOS ITENS 3.1 E 3.2 DA PAUTA

5.1 Ofícios/Memorandos encaminhados pela Corregedoria Geral do Ministério Público.

5.1.1 Ofício nº 525/2018 – CGMP/PI. Assunto: encaminhamento de relatório de correição ordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II-PI e a mudança de conceito da correição. O Dr. Aristides Silva Pinheiro manifesta dois equívocos na apresentação de dois relatórios de correições na sessão anterior, quais sejam da 1ª Promotoria de Justiça de José de Freitas e 2ª Promotoria de Justiça de Pedro II. Em seguida, faz uma breve apresentação. Registra que houve dois equívocos na sessão passada, relativamente à apresentação dos relatórios de correição realizada nas

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Promotorias de Justiça de José de Freitas e Pedro II. Esclarece que procedeu à leitura do relatório de Pedro II pensando tratar-se de José de Freitas. Esclarece que esta obteve o conceito ótimo e, aquela, obteve o conceito bom.

5.2 Ofícios/Memorandos comunicando instauração ou arquivamento de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações.

5.2.1 Ofício nº 078/2018-PJCBL. Origem: Promotoria de Justiça de Buriti dos Lopes. Assunto: comunicação de decisões de arquivamento do Procedimento Administrativo nº 001/2017 que trata irregularidade nas prestações de contas da associação ADECPROLAB (Associação dos Plantadores de Arroz da Lagoa Grande); do Procedimento Administrativo nº 07/2018 que trata sobre fiscalização do cumprimento de Recomendação PGJ-PI nº 02/2018; Procedimento Administrativo nº 06/2018 que trata sobre a fiscalização do cumprimento de Recomendação PGJ-PI nº 02/2018; Procedimento Administrativo nº 04/2018 que trata sobre fiscalização do cumprimento de Recomendação PGJ-PI nº 02/2018 e Procedimento Administrativo nº 10/2010 que trata da devolução da gestão do Hospital Estadual Mariano Lucas de Sousa.

5.2.2 Ofício nº 060/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 028/2017 em Inquérito Civil nº 009/2018 instaurado com escopo de averiguar se houve contratação de escritório de advocacia.

5.2.3 Ofício nº 058/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 027/2017 em Inquérito Civil nº 008/2018 instaurado com escopo de averiguar se houve contratação de escritório de advocacia para fins de levantamento de valores obtidos na fase de execução da Ação Civil Pública nº 1999.61.00.05.0616-0.

5.2.4 Ofício nº 056/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 026/2017 em Inquérito Civil nº 007/2018 instaurado com escopo de averiguar se houve contratação de escritório de advocacia para fins de levantamento de valores obtidos na fase de execução da Ação Civil Pública nº 1999.61.00.05.0616-0.

5.2.5 Ofício nº 066/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: informar o arquivamento da Notícia de Fato nº 003/2017 que trata sobre ausência de Defensores Públicos a audiências na Vara Única da Comarca de Monsenhor Gil/PI.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.2.6 Ofício nº 74/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: instauração do Procedimento Administrativo nº 001/2018 que trata sobre o Relatório de Acompanhamento Social de menor, a qual está em processo de adaptação ao novo contexto familiar.

5.2.7 Ofício nº 064/2018-PJMG. Origem: Promotoria de Justiça de Monsenhor Gil. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 006/2017 que trata sobre idoso em situação de vulnerabilidade social.

5.2.8 Ofício nº 230/2018-3ª PJ/SRN. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo de Inquérito Civil nº 013/2012 (SIMP nº 000371-096/2016) instaurado para apurar possível dispensa indevida de licitação na contratação de veículos para transporte escolares no Município de Dirceu Arcoverde/PI.

5.2.9 Ofício nº 228/2018-3ª PJ/SRN. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 50/2010 (SIMP nº 000367-096/2016) instaurado para apurar notícia de malversação de recursos públicos na reforma do Hotel Serra da Capivara, visando adaptação às normas internacionais de hotelaria.

5.2.10 Ofício 31ª PJ nº 194/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 06/2018 – SIMP nº 000034-003/2018, instaurado para acompanhar o cumprimento das cláusulas do TAC nº 06/2018, no qual a instituição de ensino comprometeu-se a providenciar sua regularização junto ao Conselho Municipal de Educação de Teresina-PI.

5.2.11 Memorando nº 22/2018 – 5ª PJ. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento Procedimento de Investigação Criminal nº 16/2018, instaurado para apurar possível ocorrência do delito capitulado nas tenazes dos art. 147 do Código Penal Brasileiro.

5.2.12 Memorando nº 21/2018 – 5ª PJ. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 000945-086/2016 em Procedimento de Investigação Criminal nº 16/2018, a qual noticia a possível ocorrência do crime capitulado no art. 147 do Código de Penal Brasileiro.

5.2.13 Memorando nº 25/2018 – 5ª PJ. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 000630/2017 em Procedimento de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Investigação Criminal nº 18/2018, a qual noticia a possível ocorrência do crime de lesão corporal contra idosa.

5.2.14 Memorando nº 24/2018 – 5ª PJ. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: arquivamento do Procedimento de Investigação Criminal nº 17/2018 instaurado para apuração da possível ocorrência do delito capitulado nas tenazes dos art. 129, §9º do Código penal Brasileiro c/c art. 5º, inc. II e art. 7º, inc. I, ambos da Lei nº 11.340/06.

5.2.15 Memorando nº 23/2018 – 5ª PJ. Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: conversão da Notícia de Fato nº 000402-086/2017 em Procedimento de Investigação Criminal, a qual noticia a possível ocorrência do crime capitulado no art. 129 §9º do Código Penal Brasileiro.

5.2.16 Ofício nº 216/2018 – 3ª PJ/SRN. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo nº 21/2017, instaurado com finalidade de apurar suposta irregularidade diante da negativa, por parte do Município de São Raimundo Nonato, no fornecimento de medicamentos.

5.2.17 Memorando nº 73/2018. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório SIMP nº 000070-033/2017, para fins de apuração de negativa de matrícula no CMEI Joel Mendes, sob alegação de que o citado educandário se destina exclusivamente aos filhos dos membros do Sindicato dos Comerciantes.

5.2.18 Ofício 31ª PJ nº 191/2018. Origem: 31ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: arquivamento da Notícia de Fato nº 03/2018 (SIMP nº 000027-003/2018), a qual trata sobre a comercialização de produtos armazenados incorretamente por supermercado.

5.2.19 Memorando nº 72/2018 – 2ª PJ. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Picos. Assunto: comunicação de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo nº 40/2017-B (SIMP nº 000739-089/2016), o qual trata sobre crianças e adolescentes que necessitam de assistência social.

5.2.20 Memorando nº 78/2018. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: informa o arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 000022-033/2018, instaurado com o objetivo de apurar denúncia que versa sobre suposta negativa de matrícula de crianças na E.M. Teresa Noronha.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

5.2.21 Ofício nº 202/2018-PJCDH. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: conversão do Procedimento Preparatório nº 017/2017 no Inquérito Civil nº 014/2018 (SIMP nº 000104-034/2017), a qual trata sobre assistência social.

5.2.22 Memorando nº 039/2018 – 45ª PJ. Origem: 45ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: instauração e arquivamento do Procedimento Administrativo nº 021/2018, instaurado com base no Ofício nº 26/2018 encaminhado pelo IV Conselho Tutelar de Teresina, solicitando aplicação de medidas que se fizerem necessárias acerca de requerimento feito pelo Conselho Tutelar de Sucupira do Norte-MA.

5.2.23 Documento nº 8910/2018. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Barras. Assunto: arquivamento do Procedimento Preparatório nº 02/2018 (SIMP nº 000008-140/2018), instaurado com o fim de averiguar a ausência de iluminação pública na localidade Paraíso e a omissão/inércia do Município resolver o problema.

5.2.24 Ofício nº 061/2018-2ª PJUN. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de União. Assunto: instauração do Procedimento Preparatório nº 007/2018.PJUN, para fins de disciplinar locais de paradas de transporte coletivo e horários de carga e descarga de cargas/mercadorias no Município de União/PI.

5.2.25 Ofício nº 084/2018-1PBJ. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: conversão do Inquérito Civil nº 003/2012 (SIMP nº 000080-080/2017) em Procedimento Investigatório Criminal, instaurado para fins de apurar ausência de atuação da Autoridade Policial, diante da inércia em apuração de fatos registrados em mais de 250 Boletins de Ocorrência.

5.2.26 Memorando nº 08/2018. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri. Assunto: nova dilação de prazo de investigação do Inquérito Civil nº 03/2015 (SIMP nº 000004-076/2015), instaurado com objetivo de apurar se o Prefeito de Piripiri está descumprindo o estabelecido nos dispositivos legais estatutários.

5.2.27 Ofício nº 081/2018-1PBJ. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000494-080/2017, instaurado com o fito de acompanhar as investigações realizadas pela Delegacia Regional de Bom Jesus.

5.2.28 Ofício nº 232/2018 – 3ª PJ/SRN. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: comunicação da prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

09/2015 (SIMP nº 000056-096/2015), instaurado para fins de apurar eventuais irregularidades quanto a contratação de servidores públicos.

5.2.29 Ofício nº 241/2018 – 3ª PJ/SRN. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. Assunto: comunicação da prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 27/2016 (SIMP nº 000294-096/2016), instaurado para fins de apurar possíveis atos de improbidade administrativa nas contas da Câmara Municipal de Coronel José Dias, referentes ao exercício de 2010.

5.2.30 Ofício nº 094/2018 – GPJ PA nº 000244-276/2017. Origem: Promotoria de Justiça de Simplício Mendes. Assunto: arquivamento do Procedimento Administrativo SIMP nº 000244-276/2017, instaurado para fins de apurar dano causado pela ELETROBRAS Distribuidora do Piauí em transformador da localidade ao tentar religar serviço de fornecimento de energia elétrica aos consumidores daquela localidade rural.

5.2.31 Ofício nº 046/2018 2ª PJA. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Altos. Assunto: arquivamento das Notícias de Fato SIMP nº 42/2017, 43/2017, 46/2017, 49/2017, 03/2018, 07/2018, 08/2017.

5.2.32 Ofício 053-03/2018. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Arquivamento da NF SIMP nº 000066-065/2018, que trata sobre a carga horária mínima da educação básica do Município de Parnaíba; da NF SIMP nº 000059-065/2016 que trata sobre o provimento do cargo de Coordenador de Fiscalização de Trânsito no Município de Parnaíba; da NF SIMP nº 000022-065/2017 que trata sobre a notificação da falta de reposição de massa asfáltica; da NF SIMP nº 000082-065/2018 que trata sobre a ausência de ligação de rede de água e esgoto, bem como recapeamento da massa asfáltica pela AGESPISA em Parnaíba-PI; da NF SIMP nº 000002-065/2018 que trata sobre reclamação de esgoto a céu aberto na Rua Rubens Furtado, Bairro Santa Luzia e da NF SIMP nº 000282-055/2016 que trata sobre negligência e agressões aos estudantes do CAIQUE.

6. SEM APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.

7. PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A SESSÃO.

PARTICIPARAM DA SESSÃO O DR. CLEANDRO ALVES DE MOURA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. ARISTIDES SILVA PINHEIRO, CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. ALÍPIO DE SANTANA RIBEIRO, DR. LUÍS FRANCISCO RIBEIRO E DR.ª

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

**CLOTILDES COSTA CARVALHO. CLÉIA CRISTINA PEREIRA JANUÁRIO FERNANDES,
LAVROU O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO, APÓS A APROVAÇÃO.**